

**Kepler Weber S.A.**  
(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2013 e 2012

# Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

## 1 Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, no que se refere às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

## 2 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada, estabelecida no Brasil e a seguir relacionada:

	Porcentagem da Participação	
	Dez/2013	Dez/2012
Kepler Weber Industrial S.A.	100%	100%

## 3 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controlada, pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2014.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Custo atribuído do ativo imobilizado e propriedades para investimento na data de transição em 1º de janeiro de 2009.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 - classificação de propriedade para investimento
- As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- Nota 13 - Impostos diferidos
- Notas 16 e 17 – Propriedades para investimento e vida útil econômica de bens do ativo imobilizado
- Nota 25 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

**4 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais, consolidadas e pela controlada.

**a. Base de consolidação**

**i. Controlada**

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**ii. *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. *Moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das entidades da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

**c. *Instrumentos financeiros***

**i. *Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras retidas e títulos e valores mobiliários.

***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

*Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras retidas não atendem à definição de equivalentes de caixa por terem sido dadas em garantia de fianças bancárias.

*Títulos e valores mobiliários (ativos financeiros disponíveis para venda)*

Títulos e valores mobiliários foram classificados como disponíveis para venda e segregados de acordo com seus vencimentos originais. Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças que sejam significativas, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**iii. Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**iv. Instrumentos financeiros compostos**

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia abrangem debêntures conversíveis que podem ser convertidas em capital a critério do titular, e o número de ações a ser emitido não varia com as mudanças em seus valores justos.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Eventuais custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivos e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após reconhecimento inicial.

Juros, perdas e ganhos relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. As distribuições feitas para acionistas são reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de qualquer benefício fiscal.

**v. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**d. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia e sua controlada optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos períodos futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii. *Reclassificação para propriedade para investimento***

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento. A Companhia e sua controlada adotam a política de manter o método do custo para mensuração das propriedades para investimento.

**iii. *Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iv. *Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Outros equipamentos	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e. Ativos intangíveis**

**i. Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada possuírem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, caso aplicável, perdas por redução ao valor recuperável.

**ii. Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

**iii. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iv. Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
Softwares	5 anos



**f. Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedade para investimento é mensurada pelo custo ou custo atribuído.

A determinação inicial do custo atribuído de terrenos foi baseada no Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. A avaliação de Edificações e benfeitorias classificadas como propriedade para investimento foi baseada no Método de Quantificação de Custo, utilizando evidências de mercado, tais como informações obtidas junto a entidades ligadas à indústria da construção civil e de montagem industrial, ajustados às características de cada bem avaliado, principalmente idade física e características funcionais. A avaliação foi suportada por Laudo Técnico de Avaliação, executado por avaliador qualificado e independente e desenvolvido de acordo com o estabelecido na NBR – 14653 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Custos incluem despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada anteriormente no item (d) Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando a mesma é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

**g. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**h. Redução ao valor recuperável de ativos**

**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e sua controlada utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

**i. Benefícios a empregados**

**i. Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

**ii. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**k. Receita operacional**

**i. Venda de bens**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

**ii. Serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

**iii. Receita de aluguel**

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

**l. Subvenção governamental**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e sua controlada irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia e sua controlada por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

**m. Pagamento de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

*Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato a Companhia e sua controlada definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia e sua controlada de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia e sua controlada separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

**n. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio recebidas de controladas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**p. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**q. Segmento operacional**

Um segmento operacional é um componente da Companhia e sua controlada que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e sua controlada.

A Administração da Companhia considera todas as operações da Companhia e sua controlada em um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho.

Outras informações, como informações sobre produto e serviço, informações sobre área geográfica e informações sobre os principais clientes são divulgados conforme requeridos no CPC 22 e IFRS 8.

**r. Demonstrações do valor adicionado**

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza à terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

**s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Foram emitidas interpretações e alterações das normas existentes e serão obrigatórias para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. Na avaliação da administração não são relevantes para as operações atuais da Companhia, exceto pelas normas listadas a seguir, cujo impacto está sendo avaliado. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

A Companhia está em fase de análise dos impactos desta nova norma/alteração em suas demonstrações financeiras e, até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras, não identificou efeitos relevantes pela adoção de tais normas.

## **5 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **a. Derivativos**

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

### **b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

## **6 Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para

monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

**a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e sua controlada de clientes e de outros créditos.

***Contas a receber de clientes e outros créditos***

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, produtores agrícolas, ou pessoa jurídica, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos quando aplicável.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e sua



controlada garantem que possuem saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

***Risco de taxa de câmbio***

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

***Derivativos***

A Companhia e sua controlada possuem política de eliminação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, conforme demonstrado na nota explicativa 26.

***Risco de taxa de juros***

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI, TJLP e Cesta de Moedas (UMBND).

***Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos***

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

***Exposição a preços de matéria-prima***

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional.

Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

**d. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e sua

controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e sua controlada para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada realizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2013 é apresentada a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Total do passivo	89.596	107.041
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(69)	(6.774)
Menos: aplicações financeiras retidas - não circulante	(4.284)	(3.965)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>85.243</b>	<b>96.302</b>
 Total do patrimônio líquido (B)	 364.082	 320.973

Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (A/B) 23% 30%

<b>Consolidado</b>	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
Total do passivo	310.279	266.928
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(10.746)	(61.100)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	-	(9.605)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(83.332)	(30.848)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(23.921)	(19.223)
Menos: aplicações financeiras retidas - não circulante	(4.284)	(3.965)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>187.996</b>	<b>142.187</b>
Total do patrimônio líquido (B)	364.082	320.973
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (A/B)	52%	44%

## 7 Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

### a. Informações sobre produtos e serviços (consolidado)

A receita para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
Armazenagem	453.973	285.448
Granéis	39.515	23.018
Exportações	78.400	95.528
Pecas e serviços	22.874	20.447
<b>Total</b>	<b>594.762</b>	<b>424.441</b>

### b. Informações geográficas

Todos os ativos da Companhia e sua controlada estão localizados no Brasil. As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
Mercado doméstico	516.321	331.751
América do Sul	69.736	78.356
América do Norte	294	3.504
África	2.327	2.211
América Central	1.779	4.697
Ásia	2.077	848
Europa	2.228	3.074
<b>Total</b>	<b>594.762</b>	<b>424.441</b>

**c. Informações sobre principais clientes**

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 5,63%, montando em R\$ 33.476 (em 31 de dezembro 2012 representavam 7,05% em R\$ 29.907) do total das receitas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total da Companhia e sua controlada.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Caixa e bancos	4	16	3.940	1.233
Aplicações financeiras	65	6.758	6.806	59.867
	<b>69</b>	<b>6.774</b>	<b>10.746</b>	<b>61.100</b>
Circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Aplicações financeiras retidas	-	-	-	9.605
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.605</b>
Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Aplicações financeiras	4.284	3.965	4.284	3.965
	<b>4.284</b>	<b>3.965</b>	<b>4.284</b>	<b>3.965</b>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada não possuem restrições para uso.

### Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários – CDI e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas à prestação de fianças, conforme mencionado abaixo:

			Controladora		Consolidado	
			Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
CDB	20,0%	CDI	65	372	6.806	18.360
CDB	100,0%	CDI	4.284	4.011	4.284	5.494
CDB	100,2%	CDI	-	6.340	-	33.794
COMPROMISSADA	101,8%	CDI	-	-	-	9.605
CDB	102,0%	CDI	-	-	-	209
COMPROMISSADA	102,0%	CDI	-	-	-	5.975
<b>Total</b>			<b>4.349</b>	<b>10.723</b>	<b>11.090</b>	<b>73.437</b>

A aplicação financeira, registrada no ativo não circulante, no valor de R\$ 4.284 (R\$ 3.965 em 31 de dezembro de 2012), está vinculada a garantia de prestação de fiança, junto ao Banco do Brasil.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 26.

## 9 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia e são administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado sempre que este sofrer alterações relevantes em relação ao saldo contabilizado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como “Disponíveis para venda”.

Os títulos disponíveis para venda referem-se principalmente a investimentos em debêntures e certificados de depósitos bancários com prazos de vencimentos superiores a 90 dias. A classificação entre o ativo circulante e o não circulante leva em consideração os prazos de vencimento originais dos títulos. A Administração classificou estes títulos como disponíveis para venda por não se enquadrarem nas definições de “mantidos até o vencimento” ou “mantidos para negociação”.

Circulante	Consolidado			
	Vencimento	Taxa	Dez/2013	Dez/2012
Debêntures	17/12/2013	104,80% CDI	-	7.010
Debêntures	23/12/2013	105,80% CDI	-	4.706
LF-DI CDIE	29/11/2013	108,50% CDI	-	2.826
DPGE CDIE	15/12/2014	113,00% CDI	2.732	-
LF DI CDIE	30/07/2014	104,50% CDI	6.151	-
LF DI CDIE	22/12/2014	107,13% CDI	5.223	-
LF DI CDIE	11/09/2014	105,00% CDI	1.662	-
SUDA 15 CDIE	26/12/2014	103,00% CDI	5.096	-
NTNB IPCA	15/08/2014	101,22% CDI	274	-
LF	30/01/2014 A 28/07/2014	104,86% CDI	3.063	-
LFT	07/03/2014	101,00% CDI	1.002	-
BB CDI 2S2	(*)	101,45% CDI	36.694	-
MKTS FI RF	(*)	101,03% CDI	11.651	-
CDB/FIQ RF CP	(*)	100,63% CDI	3.073	-
BTG PAC CORP/FIQ	(*)	108,79% CDI	6.711	-
MASTER CASH FIREF	(*)	99,10% CDI	-	3.575
CDB I FIQ RF CP	(*)	102,00% CDI	-	12.731
			<b>83.332</b>	<b>30.848</b>
Não Circulante	Consolidado			
	Vencimento	Taxa	Dez/2013	Dez/2012
Debêntures	26/12/2014	103,00% CDI	-	4.705
CDB-DI CDIE	24/11/2017	100,10% CDI	5.086	4.706
DPGE CDIE	15/12/2014 a 09/12/2015	113,50% CDI	-	5.006
LF-DI CDIE	22/12/2014	107,10% CDI	-	4.806
DPGE CDIE	09/12/2015	114,00% CDI	2.734	-
LFT	01/03/2019	101,00% CDI	165	-
LF e LFS	01/08/2015 A 27/09/2018	104,90% CDI	15.936	-
			<b>23.921</b>	<b>19.223</b>

(\*) Tratam-se de aplicações financeiras retidas sem vencimento fixo contratual, com disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas similares, as quais já estão provisionadas no valor de cada ativo que compõe a carteira.

## 10 Contas a receber de clientes – circulante

<b>Circulante</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
Clientes a receber - mercado interno	43.743	45.022
Clientes a receber - exterior	2.627	6.127
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.940)	(563)
<b>Total</b>	<b>43.430</b>	<b>50.586</b>

O ajuste a valor presente quando calculado para as operações de longo prazo, é utilizado como base a diferença entre a taxa de correção por inflação considerada contratualmente nas operações e a taxa total de juros projetado pela administração considerando as características da operação apresentada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
<b>Valores vencidos</b>		
Até 30 dias	1.711	3.334
31 a 60 dias	1.175	2.051
61 a 90 dias	775	1.342
91 a 120 dias	45	1.765
121 a 150 dias	20	58
151 a 180 dias	56	414
mais de 181 dias	2.486	1.595
	<b>6.268</b>	<b>10.559</b>
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	8.178	9.239
31 a 60 dias	14.632	15.989
61 a 90 dias	13.239	5.335
91 a 120 dias	945	4.405
121 a 150 dias	2.547	2.069
151 a 180 dias	455	1.577
mais de 181 dias	106	1.976
	<b>40.102</b>	<b>40.590</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.940)	(563)
<b>Total Líquido</b>	<b>43.430</b>	<b>50.586</b>

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação a contas a

receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2013, 59% são de títulos vencidos até 120 dias (80% em 31 de dezembro de 2012). O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 120 dias.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 26.

## 11 Estoques

	Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
Produtos acabados	51.147	35.285
Produtos em elaboração	18.097	11.294
Matérias-primas	85.681	42.763
Provisão para perdas	(4.512)	(4.031)
<b>Total</b>	<b>150.413</b>	<b>85.311</b>

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 30).

## 12 Impostos a recuperar

Circulante	Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	5.735	7.094
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	4.884	2.413
PIS/COFINS a recuperar	1.661	2.136
REINTEGRA - Decreto 7633/11	805	3.308
Outros	260	111
<b>Total</b>	<b>13.345</b>	<b>15.062</b>

  

Não circulante	Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	643	961
PIS/COFINS a recuperar	1.712	1.819
<b>Total</b>	<b>2.355</b>	<b>2.780</b>

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- ICMS - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.
- COFINS, PIS e IPI a recuperar – decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas, utilizadas em produtos. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação de outros tributos federais ou mediante pedidos de ressarcimento.

- REINTEGRA - o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, é uma medida de estímulo às exportações de manufaturados e é objeto de ressarcimento ou compensação para pagamento de tributos federais.

### 13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A partir de estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributários para os próximos dez anos a controlada Kepler Weber Industrial S.A. passou a reconhecer em 2007, parte dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre lucro líquido, apurados a partir de 2005. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo é de R\$ 93.088 (R\$ 91.311 em 31 de dezembro de 2012).

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2013 na controlada Kepler Weber Industrial S.A. será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 9 anos, conforme demonstrado abaixo:

<u>Exercício</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>TOTAL</u>	<u>% de Realização</u>
2014	7.144	2.572	9.716	10,44%
2015	8.649	3.113	11.762	12,64%
2016	10.888	3.920	14.808	15,91%
2017	13.654	4.915	18.569	19,95%
De 2018 à 2022	28.139	10.094	38.233	41,06%
<b>Total</b>	<b>68.474</b>	<b>24.614</b>	<b>93.088</b>	<b>100,00%</b>



O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Kepler Weber S.A		Kepler Weber Industrial S.A	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	93.088	91.311
	-	-	<b>93.088</b>	<b>91.311</b>
Reserva de reavaliação a realizar	1.095	1.095	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	17.889	18.338	17.239	12.557
Reserva de bônus debêntures	831	1.045	-	-
Depreciação vida útil	77	77	-	4.010
Capitalização de juros	-	-	264	264
<b>Total</b>	<b>19.892</b>	<b>20.555</b>	<b>17.503</b>	<b>16.831</b>

A Companhia compensa os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos, de uma mesma entidade (Kepler Weber Industrial S.A), tendo em vista estarem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Imposto diferido ativo - Kepler Weber Industrial S.A.	-	-	93.088	91.311
Compensação Imposto diferido passivo - Kepler Weber Industrial S.A.	-	-	(17.503)	(16.831)
<b>Saldo IR diferido ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75.585</b>	<b>74.480</b>

Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Imposto diferido passivo - Kepler Weber S.A.	19.892	20.555	19.892	20.555
Imposto diferido passivo - Kepler Weber Industrial S.A.	-	-	17.503	16.831
Compensação IR diferido passivo - Kepler Weber Industrial S.A.	-	-	(17.503)	(16.831)
<b>Saldo IR diferido passivo</b>	<b>19.892</b>	<b>20.555</b>	<b>19.892</b>	<b>20.555</b>

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os períodos demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social, que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos:

<b><u>Consolidado</u></b>	<b><u>Prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social</u></b>	<b><u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u></b>
Kepler Weber S.A. (controladora)	90.814	30.877

Além dos montantes acima, as seguintes diferenças temporárias não foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada:

<b><u>Controladora</u></b>	<b><u>Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social</u></b>	<b><u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u></b>
Provisão de comissões a pagar	191	65
Provisão para contingências	242	82
Outras provisões	1.068	363
<b>Total</b>	<b>1.501</b>	<b>510</b>

<b><u>Consolidado</u></b>	<b><u>Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social</u></b>	<b><u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u></b>
Provisão para devedores duvidosos	2.940	1.000
Provisão para obsolescência de estoques	4.512	1.534
Provisão de comissões a pagar	5.887	2.002
Provisão de fretes a pagar	2.613	888
Provisão para contingências	16.102	5.475
Provisão de garantias	1.039	353
Outras provisões	2.459	836
<b>Total</b>	<b>35.552</b>	<b>12.088</b>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável neste momento que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

## 14 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 68 na controladora e R\$ 3.426 no consolidado, líquidos de provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 67 na controladora e R\$ 2.797 no consolidado em 31 de dezembro de 2012) relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia e sua controlada.

## 15 Investimentos

A Kepler Weber S.A. (controladora) possui investimentos na seguinte empresa:  
Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi (RS), e com filial em Campo Grande (MS), que efetua a industrialização e a comercialização de sistemas de armazenagem e conservação de grãos, tais como: silos, secadores, componentes, peças e acessórios, equipamentos para maltaria e cervejaria, representação comercial, importação, exportação e comércio de peças de reposição.

Os investimentos em controladas apresentam a seguinte movimentação:

### a. Informações de controladas

	<u>31/12/2012</u>	
	<u>Kepler Weber Industrial S.A.</u>	<u>Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.</u>
Participação	100%	-
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	-
Ativos circulantes	253.210	-
Ativos não circulantes	272.970	-
Total de ativos	526.179	-
Passivos circulantes	109.115	-
Passivos não circulantes	70.734	-
Total de passivos	179.849	-
Patrimônio líquido	346.330	-
Receita	422.932	-
Despesas	388.835	-
Lucro ou prejuízo operações normais	34.097	16
Equivalência patrimonial	34.097	16
	<u>31/12/2013</u>	
	<u>Kepler Weber Industrial S.A.</u>	
Participação	100%	
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	
Ativos circulantes	324.123	
Ativos não circulantes	295.259	
Total de ativos	619.382	
Passivos circulantes	159.995	
Passivos não circulantes	80.342	
Total de passivos	240.337	
Patrimônio líquido	379.044	
Receita	594.762	
Despesas	533.189	
Lucro ou prejuízo operações normais	61.573	
Equivalência patrimonial	61.573	

## b. Movimentação dos investimentos

	Kepler Weber Industrial S.A.	Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	Total
<b>Saldo final em 31/12/2011</b>	<b>344.194</b>	<b>2.227</b>	<b>346.421</b>
Lucro do exercício	34.097	16	34.113
Distribuição de dividendos	(25.752)	-	(25.752)
Juros sobre capital próprio	(6.060)	-	(6.060)
Baixa KWPeças encerramento atividades	-	(2.243)	(2.243)
Baixa de bens	(149)	-	(149)
<b>Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>346.330</b>	<b>-</b>	<b>346.330</b>
Lucro do exercício	61.573	-	61.573
Baixa de bens de avaliação patrimonial	(15)	-	(15)
Distribuição de dividendos	(17.060)	-	(17.060)
Juros sobre capital próprio	(11.784)	-	(11.784)
<b>Saldo final em 31/12/2013</b>	<b>379.044</b>	<b>-</b>	<b>379.044</b>

## 16 Propriedades para investimento

### a. Composição de propriedades para investimento

A composição do saldo de propriedades para investimento está demonstrada abaixo:

				Controladora	
				Dez/2013	Dez/2012
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		20.437	-	20.437	20.437
Prédios e benfeitorias		59.717	(17.133)	42.584	44.208
Instalações		3.418	(3.418)	-	-
<b>Total</b>		<b>83.572</b>	<b>(20.551)</b>	<b>63.021</b>	<b>64.645</b>
				Consolidado	
				Dez/2013	Dez/2012
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		8.940	-	8.940	8.940
Prédios e benfeitorias	2%	4.075	(384)	3.691	3.819
<b>Total</b>		<b>13.015</b>	<b>(384)</b>	<b>12.631</b>	<b>12.759</b>

**b. Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento**

		Controladora		
		Dez/2013		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2012	Depreciação	Transferências
Itens				Valor residual líquido em 31/12/2013
Terrenos		20.437	-	-
Prédios e benfeitorias	2%	44.208	(1.771)	147
<b>Total</b>		<b>64.645</b>	<b>(1.771)</b>	<b>147</b>

		Consolidado		
		Dez/2013		
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2012	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2013
Itens				
Terrenos		8.940	-	8.940
Prédios e Benfeitorias	2%	3.819	(128)	3.691
<b>Total</b>		<b>12.759</b>	<b>(128)</b>	<b>12.631</b>

Na controladora, as propriedades para investimento incluem imóveis arrendados para a controlada Kepler Weber Industrial S.A. e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. No consolidado estão registrados somente os imóveis arrendados para terceiros. Os períodos de arrendamento variam de acordo com os contratos firmados com os arrendatários. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

A Companhia adotou o custo atribuído para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Em relação às propriedades arrendadas, no consolidado, a controladora reconheceu receitas de aluguel no montante de R\$ 251 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2012) relativos a propriedades para investimento alugadas para terceiros.

A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31 de dezembro de 2013 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

## 17 Imobilizado

### a. Composição do ativo imobilizado

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

				Controladora	
				Dez/13	Dez/2012
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
<b>Itens</b>					
Máquinas e equipamentos	10%	260	(260)	-	-
Móveis e utensílios	10%	236	(231)	5	11
Equipamentos de informática	20%	320	(320)	-	-
Imobilizações em andamento		710	-	710	147
<b>Total</b>		<b>1.526</b>	<b>(811)</b>	<b>715</b>	<b>158</b>

  

				Consolidado	
				Dez/2013	Dez/2012
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
<b>Itens</b>					
Terrenos		11.772	-	11.772	11.772
Prédios e benfeitorias	2%	101.379	(29.734)	71.645	68.877
Instalações	10%	20.567	(16.530)	4.037	3.611
Máquinas e equipamentos	7%	175.101	(75.390)	99.711	90.226
Móveis e utensílios	10%	7.000	(4.454)	2.546	1.990
Veículos	18%	291	(87)	204	250
Equipamentos de informática	21%	12.214	(8.130)	4.084	2.849
Imobilizações em andamento		15.169	-	15.169	23.908
<b>Total</b>		<b>343.493</b>	<b>(134.325)</b>	<b>209.168</b>	<b>203.483</b>

**b. Movimentação do custo e depreciação**

A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia e sua controlada estão apresentadas abaixo:

						Controladora	
						Dez/2013	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2012	Adições	Depreciação	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2013	
Móveis e utensílios	10%	11	-	(6)	-	5	
Imobilizações em andamento		147	710	-	(147)	710	
<b>Total</b>		<b>158</b>	<b>710</b>	<b>(6)</b>	<b>(147)</b>	<b>715</b>	

  

								Consolidado	
								Dez/2013	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2013	
Terrenos		11.772	-	-	-	-	-	11.772	
Prédios e benfeitorias	2%	68.877	-	(5)	(3.558)	-	6.331	71.645	
Instalações	10%	3.611	-	-	(1.460)	-	1.886	4.037	
Máquinas e equipamentos	7%	90.226	-	(491)	(6.287)	-	16.263	99.711	
Móveis e utensílios	10%	1.990	15	(40)	(621)	-	1.202	2.546	
Veículos	18%	250	-	-	(46)	-	-	204	
Equipamentos de informática	21%	2.849	-	(298)	(870)	-	2.403	4.084	
Imobilizações em andamento		23.908	20.836	-	-	763	(30.338)	15.169	
<b>Total</b>		<b>203.483</b>	<b>20.851</b>	<b>(834)</b>	<b>(12.842)</b>	<b>763</b>	<b>(2.253)</b>	<b>209.168</b>	

**Garantia**

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$ 39.950 e R\$ 13.699, respectivamente (em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 39.950 e R\$ 12.143). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totalizam para o período R\$ 7.325 (em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 7.325).

O valor contábil residual destes bens em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 18.787, e destes, R\$ 17.379 como garantia de financiamentos e empréstimos e R\$ 1.480 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio (em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 19.763, R\$ 17.747 como garantia de financiamentos e empréstimos e R\$ 2.016 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio).

**Bens com operações temporariamente paralisadas**

Em 31 de dezembro de 2013, há bens do ativo imobilizado da Kepler Weber Industrial S.A. com valor residual de R\$ 1.518 que se encontram com suas operações temporariamente paralisadas (R\$ 1.964 em 31 de dezembro de 2012). As projeções dos valores de recuperação não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes na recuperação dos saldos destes ativos.

**Ociosidade do ativo imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2013, a ociosidade anormal do imobilizado da controlada Kepler Weber Industrial S.A. montou em R\$ 152 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2012). Este montante foi registrado no resultado do exercício como despesa (nota explicativa 30).

**Imobilizado em andamento**

Os valores correspondentes ao imobilizado em andamento incluem custos de empréstimos capitalizados. Até 31 de Dezembro de 2013, os custos de empréstimos capitalizados relacionados a imobilizado em andamento totalizavam R\$ 754, com taxa média de capitalização de 4% a.a. (R\$ 963 em 31 de dezembro de 2012, com taxa média de capitalização de 7% a.a.).

**c. Reavaliações de anos anteriores**

Controladora							
Dez/2013				Dez/2012			
	Valor reavaliado em 31/12/2012	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor reavaliado em 31/12/2011	Baixa reavaliação	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	3.049	-	3.049	3.069	(20)	-	3.049
Prédios	7.025	(6.841)	184	7.031	-	(6.778)	253
<b>Total</b>	<b>10.074</b>	<b>(6.841)</b>	<b>3.233</b>	<b>10.100</b>	<b>(20)</b>	<b>(6.778)</b>	<b>3.302</b>

  

Consolidado							
Dez/2013				Dez/2012			
	Valor reavaliado em 31/12/2012	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor reavaliado em 31/12/2011	Baixa reavaliação	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	3.049	-	3.049	3.419	(370)	-	3.049
Prédios	7.025	(6.841)	184	8.190	(1.159)	(6.778)	253
<b>Total</b>	<b>10.074</b>	<b>(6.841)</b>	<b>3.233</b>	<b>11.609</b>	<b>(1.529)</b>	<b>(6.778)</b>	<b>3.302</b>

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.



## 18 Intangível

### a. Composição do intangível

A composição do ativo intangível em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	Taxa de amortização % a.a.	Controladora		
		Dez/13		Dez/2012
		Custo	Amortização	Valor líquido
<b>Itens</b>				<b>Valor líquido</b>
Marcas e patentes		1.280	-	1.280
Softwares e Licenças		12	(12)	-
<b>Total</b>		<b>1.292</b>	<b>(12)</b>	<b>1.280</b>
	Taxa de amortização % a.a.	Consolidado		
		Dez/2013		Dez/2012
		Custo	Amortização	Valor líquido
<b>Itens</b>				<b>Valor líquido</b>
Desenvolvimento de produtos	20%	2.528	(207)	1.487
Marcas e patentes		1.282	-	1.282
Softwares e licenças	20%	11.445	(8.046)	3.338
Intangível em andamento		8.748	-	656
<b>Total</b>		<b>24.003</b>	<b>(8.253)</b>	<b>6.763</b>

Em 31 de dezembro de 2013 não houve baixas de projetos de desenvolvimento de produtos totalmente amortizados.

### b. Movimentação do custo e amortização

Na controladora não houve baixas, ou ainda adições e amortizações, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 nos saldos registrados de ativo intangível na controladora.

A movimentação de custo e amortização de intangível para saldos consolidados estão apresentados abaixo:

Consolidado

Itens	Taxa de amortização % a.a.	Dez/2013					
		Valor residual líquido em 31/12/2012	Adições	Baixas	Amortização	Capitalização de juros	Transferências
Desenvolvimento de produtos	20%	1.487	-	(66)	(90)	-	990
Marcas e patentes		1.282	-	-	-	-	-
Softwares e licenças	20%	3.338	-	(34)	(1.119)	14	1.200
Intangível em andamento		656	7.212	-	-	216	664
<b>Total</b>		<b>6.763</b>	<b>7.212</b>	<b>(100)</b>	<b>(1.209)</b>	<b>230</b>	<b>2.854</b>

## 19 Financiamentos e empréstimos

		Consolidado			
		Dez/2013		Dez/2012	
Itens	Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda nacional					
Outros empréstimos		-	-	619	-
FINEP	4% a.a.	3.509	18.715	1.141	17.335
FINIMP	3,25% a.a.	885	-	4.169	-
EXIM	5,5 % a.a.	8.429	16.859	-	-
SANTANDER - FINAME	2,5% a.a.	-	548	-	-
BRDE - FINAME	4,5 % a.a.	179	1.001	179	1.180
BRDE - FINAME	5,5 % a.a.	360	2.220	302	2.604
BRDE - FINAME	8,7 % a.a.	321	2.050	202	2.406
BB - FINAME	5,5 % a.a.	102	2.237	5	1.478
BB - FINAME	8,7 % a.a.	57	368	28	425
BNDES - FINEM	UMBND + 4% a.a.	-	-	884	2.725
BNDES - FINEM	TJLP + 1% a.a.	-	-	137	412
BNDES - FINEM	TJLP + 4% a.a.	-	-	5.214	15.639
Total		13.842	43.998	12.880	44.204

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo  
UMBND - Cesta de Moedas do BNDES

- **BNDES - FINEM** - teve como finalidade principal a construção da fábrica em Campo Grande (MS) e a aquisição de máquinas e equipamentos para a mesma, tendo como garantia as instalações da unidade de Panambi (RS) e as instalações financiadas. Como parte do acordo de investimento e reestruturação da Companhia, em 23 de setembro de 2007, foi renegociado o prazo de pagamento da dívida da controlada com o BNDES, passando o vencimento final para 2017, com carência de pagamento do principal nos 2 primeiros anos e de juros no primeiro ano. Os contratos de financiamentos estão subdivididos em 5 sub-créditos, atualizados parte pela cesta de moedas do BNDES, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, e parte pela variação da TJLP, acrescida de juros de 1% a 4% a.a. Este empréstimo foi quitado antecipadamente em 15 de maio de 2013 no montante de R\$ 22.264.

Operação	Finalidades
----------	-------------

Sub-crédito A e B – Valor inicial – R\$19.428	Implantação da unidade industrial para fabricação de equipamentos e de silos para armazenagem de grãos, com capacidade de processar 50.000 toneladas de aço por ano, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul;
Sub-crédito C e D – Valor inicial – R\$ 21.209	Pagamento de até 80% das máquinas e equipamentos nacionais adquiridos pela controlada Kepler Weber Industrial, que se enquadrem nos critérios da FINAME;
Sub-crédito E – Valor inicial – R\$ 900	Construção do conjunto composto de 100 unidades habitacionais, centro comunitário, quadra poliesportiva, praça e <i>play-ground</i> , implantado em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

- **BRDE – FINAME** – teve como finalidade a aquisição de máquinas e equipamentos para a controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratadas às taxas de 4,5% (valor inicial de R\$ 1.431), 5,5% (valor inicial de R\$ 2.692) e 8,7% (valor inicial de R\$ 2.562).
- **BB – FINAME** – teve como finalidade a aquisição de máquinas e equipamentos para a controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratada à taxa de 8,7% (valor inicial de R\$ 452).
- **EXIM** – teve como finalidade o financiamento de compra de matéria prima para fins de exportação, tendo sido contratado à taxa de 5.5% (valor inicial de R\$ 25.000).
- **FINEP** – recurso destinado ao financiamento de estudos e projetos de novos produtos pela controlada Kepler Weber Industrial S.A., tendo sido contratado à taxa de 4% a.a. (valor inicial de R\$ 18.443).

A linha de empréstimo denominada FINEP, possui duas fianças bancárias, uma no valor de R\$ 18.000 e outra no valor de R\$ 5.200.

#### Valor original dos bens concedidos em garantia dos financiamentos e empréstimos:

	Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
Hipoteca de máquinas e equipamentos	19.999	19.999
Hipoteca de imóveis	19.951	19.951
Máquinas e equipamentos alienados junto a instituições financeiras	13.699	12.143
<b>Total</b>	<b>53.649</b>	<b>52.093</b>

## 20 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2007, foi aprovada a emissão em série única de 154.168 debêntures simples da forma nominativa e escritural, no valor total de R\$ 139.999, ao valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos), na data de emissão, cujos recursos foram utilizados para quitar as dívidas com credores financeiros que não subscreveram ações da Companhia e para fortalecimento de caixa.

As debêntures têm o prazo de 13 anos, com carência do principal nos três primeiros anos. Serão amortizadas em 120 parcelas mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu

em 15 de novembro de 2010. As debêntures são remuneradas a uma taxa equivalente à TJLP acrescida de um *spread* de 3,8% ao ano (“Taxa de Juros”). O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% ao ano será capitalizado, dia a dia, a partir da data de emissão até a data do vencimento das debêntures. O vencimento dos juros remuneratórios está ocorrendo trimestralmente, a partir de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2010 e mensalmente a partir de então até o último vencimento em 15 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das debêntures totalizou R\$ 57.966 (R\$ 76.669 em 31 de dezembro de 2012).

Do total das debêntures emitidas, houve a adesão de R\$ 138.745 até 31 de dezembro de 2007, e o saldo restante, no montante de R\$ 1.254, foi adquirido pelo mercado no exercício de 2008, totalizando R\$ 139.999.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição que dá o direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. O bônus de subscrição será válido até 15 de outubro de 2020.

As debêntures estão garantidas por carta fiança assinada pelos seguintes credores (i) Banco do Brasil S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Votorantin S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A., (v) Banco Safra S.A., os quais eram titulares de créditos no valor total de R\$136 milhões que foram pagos com os recursos da emissão das debêntures, conjugada com o bônus de subscrição.

A Companhia realizou a segregação do componente patrimonial do instrumento de dívida para apresentação do saldo a partir da data transição em 1º de janeiro de 2009, conforme demonstrado abaixo:

Recurso de emissão de debêntures	139.999
Montante classificado como o patrimônio líquido	(8.324)
Valor contábil do passivo financeiro na data da emissão	<u>131.675</u>

O componente do patrimônio líquido foi reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo.

O componente patrimonial foi reconhecido líquido de efeito de impostos diferidos, cujos saldos nas datas de apresentação das demonstrações financeiras estão indicados na nota explicativa 13.

Para valorização do valor justo do componente passivo, foi considerado que instrumento financeiro de características similares, considerando garantias dadas pelos Bancos anteriormente citados, sem o bônus de subscrição, consideraria taxa de correção atrelada em média a 100% da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Para apuração da taxa interna de retorno para mensuração posterior do instrumento financeiro passivo foi considerada a taxa futura do CDI para as datas das liquidações previstas no contrato, na data da emissão das debêntures, obtida através de consulta a BM&F Bovespa.

A taxa efetiva de atualização das debêntures em 31 de dezembro de 2013 é 11,064%, compondo o saldo de R\$ 57.966 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 76.669).

Taxas contratuais % a.a.	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
3,8%+TJLP	11,064%	57.966	76.669

No período encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve aumento de capital relativo ao exercício de bônus de subscrição (no exercício 2012 não houve aumento de capital).

A escritura particular da emissão de debêntures possui cláusula de amortização acelerada, estabelecendo que a controladora Kepler Weber S.A. deverá antecipar, em uma única parcela, um montante equivalente a 12 parcelas de amortização das Debêntures quando em qualquer data de pagamento de qualquer amortização das debêntures (iniciada em novembro de 2010), a relação da dívida líquida definida em contrato dividida pelo EBITDA (\*) dos últimos 12 meses seja menor do que 1,5 durante 2 períodos fiscais consecutivos. A Kepler Weber S.A. manteve este índice acima do exigido em contrato, até 31 de março de 2012, quando considerados os termos contratuais. Entretanto, atendendo a pleito dos debenturistas, a Companhia concordou formalmente em 13 de abril de 2012 a alterar a forma de medição do índice acima, substituindo o índice EBITDA da controladora pelo consolidado, e com a consequente ocorrência da hipótese de Amortização Acelerada de Debêntures, conforme disposto na cláusula terceira, item 25 da Escritura Particular da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie quirografária da Kepler Weber S/A, pois nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Kepler Weber, o referido índice foi inferior ao estabelecido na referida cláusula. Dessa forma, a Companhia efetuou o pagamento de 12 parcelas antecipadas no dia 13 de abril de 2012, no montante de R\$ 11.479 e também efetuou o pagamento de mais 12 parcelas antecipadas, em 12 de abril de 2013, no montante de R\$ 10.837. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia já reconheceu a antecipação de 12 parcelas no passivo circulante.

(\*) EBITDA - definido na escritura como sendo lucro/prejuízo líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, depreciação e amortização.

## 21 Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida, junto à entidade de previdência complementar contratada que realiza contribuições mensais para custeio do plano em proporção às contribuições realizadas pelos empregados que aderem ao plano. No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido.

Em janeiro de 2003, a Companhia passou a co-patrocinar plano de aposentadoria complementar de contribuição definida (PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres). As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$ 1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$ 1 (um real). O plano de aposentadoria complementar é administrado pela empresa Brasilprev Previdência Privada S.A. Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2012</b>
Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	401	343

## 22 Partes relacionadas

	<b>Kepler Weber Industrial S.A.</b>	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>Controladora</b>	
				<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Ativo</b>					
Depósitos bancários	-	2	1	3	9
Aplicações financeiras	-	4.284	-	4.284	10.351
Royalties	946	-	-	946	1.019
	<b>946</b>	<b>4.286</b>	<b>1</b>	<b>5.233</b>	<b>11.379</b>

	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Controladora</b>	
		<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Passivo</b>			
Honorários a Pagar	99	99	81
	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>81</b>

A parte relacionada Kepler Weber Industrial S.A. é uma empresa controlada e o Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. são acionistas da Companhia.

	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>Consolidado</b>	
			<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Depósitos bancários	3.702	3	3.705	1.179
Aplicações financeiras	4.284	-	4.284	45.262
Títulos e valores mobiliários	36.694	-	36.694	-
	<b>44.680</b>	<b>3</b>	<b>44.683</b>	<b>46.441</b>

	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Consolidado</b>	
				<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos bancários	15.408	548	-	15.956	1.936
Honorários a Pagar	-	-	136	136	115
	<b>15.408</b>	<b>548</b>	<b>136</b>	<b>16.092</b>	<b>2.051</b>

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

**Controladora**

	<b>Kepler Weber Industrial S.A.</b>	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Resultado</b>					
Compras - custo dos produtos vendidos	-	-	-	-	(1.180)
Outras receitas (aluguéis)	6.049	-	-	6.049	5.660
Outras receitas (royalties)	12.119	-	-	12.119	8.547
Outras receitas (ressarcimento de despesas)	2.024	-	-	2.024	1.828
Receitas sobre aplicações financeiras	-	460	-	460	551
Comissão fiança	-	(232)	-	(232)	(300)
Honorários da administração	-	-	(2.576)	(2.576)	(2.216)
				<b>Consolidado</b>	
	<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>Diretores e Conselho de Administração</b>	<b>Dez/2013 Total</b>	<b>Dez/2012 Total</b>
<b>Resultado</b>					
Receitas sobre aplicações financeiras	1.298	21	-	1.319	2.900
Receitas sobre títulos e valores imobiliários	3.158	-	-	3.158	-
Comissão fiança	(232)	-	-	(232)	(300)
Honorários da administração	-	-	(4.348)	(4.348)	(3.711)
Despesas Financeiras	(2.728)	(10)	-	(2.738)	(2.267)

As operações realizadas com o acionista Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorre em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 20.

A Controladora Kepler Weber S.A., possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022, com periodicidade de pagamento mensal, tendo como objeto o imóvel, na cidade de Panambi/RS que se refere ao terreno, às construções e demais benfeitorias para fins de desenvolvimento de atividades industriais e comerciais da controlada Kepler Weber Industrial S.A..

Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas, formalizado no mês de abril de 2010 entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 01 de abril de 2015, com periodicidade de pagamento mensal. A subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. exerce a atividade de produção industrial de equipamentos para armazenagem agrícola.

A Controladora identifica os equipamentos produzidos, fazendo acompanhar a distinção pelas marcas nos equipamentos e nos documentos da Kepler Weber Industrial S.A., sendo esta a pagadora dos Royalties.

Os contratos de aluguel e pagamento de royalties foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

## 23 Remuneração da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, nos termos do art. 23 do Estatuto Social. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, nos termos do art. 11, letra “q”, do Estatuto Social.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, está apresentada abaixo:

<b><u>Controladora</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>
Honorários e gratificações	2.576	2.216
Benefícios diretos e indiretos	134	180
Seguro saúde	72	10
	<b><u>2.782</u></b>	<b><u>2.406</u></b>
<b><u>Consolidado</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>
Honorários e gratificações	4.348	3.711
Benefícios diretos e indiretos	298	324
Previdência privada	35	30
Seguro saúde	114	20
	<b><u>4.795</u></b>	<b><u>4.085</u></b>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 24 de abril de 2013 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 5.686, que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2013 a abril de 2014.

A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamento baseados em ações ou outros benefícios de longo prazo.



## 24 Impostos a recolher

Circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
ICMS a pagar	-	-	(68)	(128)
PIS/COFINS a pagar	(1.225)	(138)	(1.225)	(1.889)
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(503)	(475)	(503)	(475)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(192)	(181)
Outros	(6)	(6)	(280)	(149)
	<b>(1.734)</b>	<b>(619)</b>	<b>(2.268)</b>	<b>(2.822)</b>

  

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(4.944)	(5.145)	(4.944)	(5.145)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(1.882)	(1.960)
	<b>(4.944)</b>	<b>(5.145)</b>	<b>(6.826)</b>	<b>(7.105)</b>

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil.

## 25 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada apresentavam os seguintes saldos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas de depósitos judiciais correspondentes:

Itens	Controladora			
	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas			
	Dez/2013	Dez/2012		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	13	37		
Contingências tributárias	36	35		
Reclamações cíveis	167	970		
<b>Total das provisões</b>	<b>216</b>	<b>1.042</b>		

  

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Controladora				
	Dez/2012	Adição de provisão	Reversão de provisão	Depósitos judiciais	Dez/2013
Contingências trabalhistas e previdenciárias	37	2	(6)	(20)	13
Contingências tributárias	35	1	-	-	36
Reclamações cíveis	970	31	(834)	-	167
<b>Total das provisões</b>	<b>1.042</b>	<b>34</b>	<b>(840)</b>	<b>(20)</b>	<b>216</b>

Itens	Consolidado	
	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
	Dez/2013	Dez/2012
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.683	2.983
Contingências tributárias	5.275	411
Contingências cíveis	4.115	1.531
<b>Total das provisões</b>	<b>12.073</b>	<b>4.925</b>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Consolidado				
	Dez/2012	Adição de provisão	Reversão de provisão	Depósitos judiciais	Dez/2013
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.983	1.308	(2.640)	1.032	2.683
Contingências tributárias	411	4.864	-	-	5.275
Contingências cíveis	1.531	3.862	(834)	(444)	4.115
<b>Total das provisões</b>	<b>4.925</b>	<b>10.034</b>	<b>(3.474)</b>	<b>588</b>	<b>12.073</b>

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

Contingências cíveis: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

A Administração da Companhia e de sua controlada acreditam que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado, é suficiente para cobrir as perdas prováveis com os processos judiciais.

A Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

<u>Tipo de processo</u>	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Tributárias	7.137	12.104
Cíveis	12.531	8.769
Trabalhistas	662	995
	<u>20.330</u>	<u>21.868</u>

Contingências trabalhistas com perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias com perda possível: são processos administrativos que se referem a glosas de créditos em pedidos de ressarcimento de IPI, pedidos de restituição de IRRF e COFINS, crédito presumido de IPI perante a Receita Federal do Brasil e notificação fiscal de lançamento de débitos do INSS.

Contingências cíveis com perda possível: as três principais ações que formam essa contingência estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários advocatícios.

## 26 Instrumentos financeiros

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		<u>Dez/2013</u>			<u>Controladora</u> <u>Dez/2012</u>		
	<u>Nota</u>	<u>Valor justo</u> <u>através</u> <u>do</u> <u>resultado</u>	<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>Valor justo</u> <u>através</u> <u>do</u> <u>resultado</u>	<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	69	-	69	6.774	-	6.774
Aplicações financeiras retidas - não circulante	8	4.284	-	4.284	3.965	-	3.965
Depósitos judiciais	14	-	68	68	-	67	67
<b>Passivos</b>							
Fornecedores		-	(60)	(60)	-	(96)	(96)
Debêntures	20	-	(57.966)	(57.966)	-	(76.669)	(76.669)
<b>Total</b>		<u>4.353</u>	<u>(57.958)</u>	<u>(53.605)</u>	<u>10.739</u>	<u>(76.698)</u>	<u>(65.959)</u>

Consolidado									
		Dez/2013				Dez/2012			
		Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total
	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.746	-	-	10.746	61.100	-	-	61.100
Aplicações financeiras retidas - circulante	8	-	-	-	-	9.605	-	-	9.605
Títulos e valores mobiliários - circulante	9	-	83.332	-	83.332	-	30.848	-	30.848
Contas a receber clientes	10	-	-	43.430	43.430	-	-	50.586	50.586
Aplicações financeiras retidas - não circulante	8	4.284	-	-	4.284	3.965	-	-	3.965
Títulos e valores mobiliários - não circulante	9	-	23.921	-	23.921	-	19.223	-	19.223
Depósitos judiciais	14	-	-	3.426	3.426	-	-	2.797	2.797
Passivos									
Financiamentos e empréstimos em moeda nacional	19	-	-	(57.840)	(57.840)	-	-	(57.084)	(57.084)
Fornecedores		-	-	(43.843)	(43.843)	-	-	(28.115)	(28.115)
Debêntures	20	-	-	(57.966)	(57.966)	-	-	(76.669)	(76.669)
Instrumentos financeiros derivativos	26	(326)	-	-	(326)	(8)	-	-	(8)
Total		14.704	107.253	(112.793)	9.164	74.662	50.071	(108.485)	16.248

O resultado financeiro apurado por categoria de instrumento financeiro está abaixo apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	257	1.968	11.261
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	-	-	1.807	1.117
Aplicações financeiras retidas	460	308	460	371
Títulos e valores mobiliários	-	-	6.169	-
Contas a receber clientes	4	10	189	345
Financiamentos e empréstimos em moeda nacional	(6.499)	(8.988)	(12.346)	(17.356)
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	-	-	(976)	(2.432)
	<b>(6.030)</b>	<b>(8.413)</b>	<b>(2.729)</b>	<b>(6.694)</b>

**b. Riscos de crédito**

***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<u>Controladora</u>	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil</u>	
		<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Aplicações financeiras retidas - não circulante	8	4.284	3.965
Caixa e equivalentes de caixa	8	69	6.774
<b>Total</b>		<b>4.353</b>	<b>10.739</b>

  

<u>Consolidado</u>	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil</u>	
		<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Aplicações financeiras retidas - circulante	8	-	9.605
Títulos e valores mobiliários - circulante	9	83.332	30.848
Aplicações financeiras retidas - não circulante	8	4.284	3.965
Títulos e valores mobiliários - não circulante	9	23.921	19.223
Contas a receber clientes	10	43.430	50.586
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.746	61.100
<b>Total</b>		<b>165.713</b>	<b>175.327</b>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	
Em milhares de reais	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Mercado doméstico	43.745	45.022
África	443	247
América do Sul	2.183	5.672
Ásia	-	208
<b>Total</b>	<b>46.371</b>	<b>51.149</b>

O vencimento de contas a receber de clientes está apresentado na nota explicativa 10, assim como provisão para redução a valor recuperável. Nos demais ativos financeiros não há montantes vencidos.

### c. Risco de Liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivo financeiro, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora						
	Dez/2013						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Debêntures Conversíveis	57.966	75.301	15.303	5.661	10.854	28.750	14.733
Fornecedores	60	60	60	-	-	-	-
	58.026	75.361	15.363	5.661	10.854	28.750	14.733

### d. Risco cambial

#### *Exposição a moeda estrangeira*

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

Itens	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Clientes	-	-	2.627	6.127
Adiantamento a fornecedores	-	-	14.504	1.930
Fornecedores	-	-	(10.998)	(2.271)
Comissões a representantes	(191)	(163)	(2.277)	(1.702)
<b>Soma</b>	<b>(191)</b>	<b>(163)</b>	<b>3.856</b>	<b>4.084</b>
<b>Valor equivalente em US\$ mil</b>	<b>(82)</b>	<b>(80)</b>	<b>1.646</b>	<b>1.999</b>
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nominais) em US\$	-	-	12.900	(3.500)
<b>Valor de exposição líquida em US\$ mil</b>	<b>(82)</b>	<b>(80)</b>	<b>14.546</b>	<b>(1.501)</b>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Reais	Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
USD	2,1605	1,9550	2,3426	2,0435

### ***Derivativos – contratos de câmbio a termo***

A controlada Kepler Weber Industrial S.A. possui instrumentos em aberto, que se referem a contratos de compra e venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF), a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações e pagamento de dólares das importações no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Kepler Weber Industrial S.A. possuía três contratos futuros de compromisso de compra de dólar totalizando U\$\$ 12.900, como segue:

Consolidado							Dez/2012
Vencimento	Contraparte	Compra / Venda	Valor nocional US\$	Taxa futura	Valor presente ativo	Valor presente passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
Jan/13	Banco ABC	Venda	1.500	2,0573	3.066	3.067	(1)
Jan/13	Banco ITAU	Venda	2.000	2,0573	4.082	4.089	(7)
			<b>3.500</b>		<b>7.148</b>	<b>7.156</b>	<b>(8)</b>
	Total operações compra		-				-
	Total operações venda		3.500				(8)
	Líquido das operações		<b>3.500</b>				<b>(8)</b>
Consolidado							Dez/2013
Vencimento	Contraparte	Compra / Venda	Valor nocional US\$	Taxa futura	Valor presente ativo	Valor presente passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
abr-14	ABC Brasil	Compra	6.300	2,4266	15.002	14.812	(190)
mai-14	Santander	Compra	3.300	2,4579	7.840	7.795	(45)
mar-14	Bradesco	Compra	3.300	2,4114	7.862	7.771	(91)
			<b>12.900</b>		<b>30.704</b>	<b>30.378</b>	<b>(326)</b>
	Total operações compra		12.900				(326)
	Total operações venda		-				-
	Líquido das operações		<b>12.900</b>				<b>(326)</b>

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão apresentados abaixo:

Operações de proteção	Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de NDF	1.807	1.117
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de NDF	(976)	(2.432)
	<b>831</b>	<b>(1.315)</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos exóticos e manterá sua política de proteção cambial, avaliando permanente e criteriosamente os riscos a que suas operações estarão expostas.

***Análise de sensibilidade – instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira***

Os três cenários apresentados a seguir consideram as divulgações requeridas pela CVM através da Instrução nº 475 que determinou que, além de um cenário considerado provável pela Administração, fosse apresentado mais dois cenários com valorização de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas.

A Administração estima (com base nas cotações da BM&FBOVESPA) que a taxa média ponderada do dólar provável para o período, ou vencimento, seja de R\$ 2,4568 /US\$. O cenário possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 3,0709/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 3,6851/US\$).

No cenário provável, a controlada reconheceria uma perda de R\$ 326, na data de vencimento dos contratos. Nos cenários possível e remoto de valorização do dólar em relação ao real, a controlada poderá incorrer em ganhos de R\$ 7.923 e R\$ 15.846, respectivamente.

Considerando o mesmo efeito de valorização do dólar aplicado sobre a taxa à vista do dólar em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2,3426/US\$), a exposição líquida consolidada da Companhia, antes dos efeitos dos instrumentos financeiros derivativos, geraria ganhos de R\$ 964 no cenário possível e R\$ 1.928 no cenário remoto.

Efeito acumulado na variação do valor justo e na exposição líquida a moeda estrangeira em Dez/2013				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contrato NDF - Compromisso de venda/compra de dólar	Valorização do dólar em relação ao real	(326)	7.923	15.846
Exposição líquida a moeda estrangeira sem derivativos	Valorização do dólar em relação ao real	-	964	1.928

A diferença entre os cenários de exposição cambial referem-se a créditos (em carteira) e obrigações futuras em moeda estrangeira, as quais estão protegidas por operações de “NDF”. Dessa forma, a Administração entende que, na ocorrência de qualquer dos cenários descritos acima, as eventuais perdas ou ganhos serão compensados em grande parte por perdas ou ganhos relativos às operações futuras da Companhia e sua controlada.



## e. Risco de taxa de juros

### *Perfil*

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

<u>Controladora</u>	<u>Valor contábil</u>	
	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>4.421</b>	<b>10.806</b>
Caixa e equivalentes de caixa	69	6.774
Aplicações financeiras retidas - não circulante	4.284	3.965
Depósitos judiciais	68	67
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>57.966</b>	<b>76.669</b>
Debêntures	57.966	76.669
 <b>Consolidado</b>		
	<u>Valor contábil</u>	
	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>57.840</b>	<b>31.454</b>
Finep	22.224	18.476
Finimp	885	4.169
Finame	9.443	8.809
Exim	25.288	-
 <b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>125.709</b>	<b>130.033</b>
Caixa e equivalentes de caixa	10.746	61.100
Aplicações financeiras retidas - circulante	-	9.605
Títulos e valores mobiliários - circulante	83.332	30.848
Aplicações financeiras retidas - não circulante	4.284	3.965
Títulos e valores mobiliários - não circulante	23.921	19.223
Depósitos judiciais	3.426	2.797
Clientes	-	2.495
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>57.966</b>	<b>101.680</b>
Debêntures	57.966	76.669
Financiamentos e empréstimos (Finem)	-	25.011

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos a atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

### *Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa*

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de

contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

A Administração considera como cenário provável para financiamentos e empréstimos sujeitos à variação da TJLP a manutenção da taxa apresentada em 31 de dezembro de 2013: 5,00% ao ano. Para os cenários requeridos possível e remoto foram considerados aumento de 25% e 50% da taxa indicada para a posição de 31 de dezembro de 2013.

		<b>Controladora</b>		
	<b>Despesa anual sobre índice 31/12/2013</b>	<b>Taxa provável</b>	<b>Aumento de 25%</b>	<b>Aumento de 50%</b>
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R\$ 57.966 (principal)	5,00%	5,00%	6,2500%	7,500%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(2.898)	(2.898)	(3.623)	(4.347)
Variação		-	(725)	(1.449)
		<b>Consolidado</b>		
	<b>Despesa anual sobre índice 31/12/2013</b>	<b>Taxa provável</b>	<b>Aumento de 25%</b>	<b>Aumento de 50%</b>
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R\$ 57.966 (principal)	5,00%	5,00%	6,2500%	7,500%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(2.898)	(2.898)	(3.623)	(4.347)
Variação		-	(725)	(1.449)

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa da CDI, a Administração considerou como cenário provável a taxa da CDI na data de 31 de dezembro de 2013 sobre o percentual de variação de CDI médio ponderado.

		<b>Controladora</b>		
	<b>Receita anual sobre índice 31/12/2013</b>	<b>Taxa provável</b>	<b>Redução de 25%</b>	<b>Redução de 50%</b>
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 4.349	8,02%	8,02%	6,015%	4,010%
Projeção anual sobre ativo financeiro	349	349	262	174
Variação		-	(87)	(175)
		<b>Consolidado</b>		
	<b>Receita anual sobre índice 31/12/2013</b>	<b>Taxa provável</b>	<b>Redução de 25%</b>	<b>Redução de 50%</b>
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 118.343	8,02%	8,02%	6,0150%	4,010%
Projeção anual sobre ativo financeiro	9.491	9.491	7.118	4.745
Variação		-	(2.373)	(4.746)

**f. Valor justo**

Os valores justos dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b><u>Controladora</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	69	69	6.774	6.774
Aplicações financeiras retidas - não circulante	4.284	4.284	3.965	3.965
Depósitos judiciais	68	68	67	67
<b>Total</b>	<b>4.421</b>	<b>4.421</b>	<b>10.806</b>	<b>10.806</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Debêntures	(57.966)	(45.721)	(76.669)	(77.188)
<b>Total</b>	<b>(57.966)</b>	<b>(45.721)</b>	<b>(76.669)</b>	<b>(77.188)</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b><u>Consolidado</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2013</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>	<b><u>Dez/2012</u></b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10.746	10.746	61.100	61.100
Aplicações financeiras retidas - circulante	-	-	9.605	9.605
Títulos e valores mobiliários - circulante	83.332	83.332	30.848	30.848
Aplicações financeiras retidas - não circulante	4.284	4.284	3.965	3.965
Títulos e valores mobiliários - não circulante	23.921	23.921	19.223	19.223
Depósitos judiciais	3.426	3.426	2.797	2.797
<b>Total</b>	<b>125.709</b>	<b>125.709</b>	<b>127.538</b>	<b>127.538</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Financiamentos e empréstimos	(57.840)	(57.840)	(57.084)	(57.084)
Debêntures	(57.966)	(45.721)	(76.669)	(77.188)
Instrumentos financeiros derivativos	(326)	(326)	(8)	(8)
<b>Total</b>	<b>(116.132)</b>	<b>(103.887)</b>	<b>(133.761)</b>	<b>(134.280)</b>

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado no valor das quotas do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Instrumentos financeiros derivativos: estes instrumentos são mensurados a valor justo, considerando os critérios mencionados anteriormente.

Financiamentos e Empréstimos : estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BRDE e Banco do Brasil, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Desta forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Debêntures – o saldo referente ao componente financeiro dos instrumentos financeiros composto - debêntures conversíveis – teve seu valor justo apurado através de desconto dos fluxos de caixa estimados para o contrato para a taxa futura de CDI na data de liquidação das parcelas do fluxo de caixa, obtida através de consulta em preços referenciais da BM&F – Bovespa na data base de apresentação. A taxa média ponderada que refletem a taxa utilizada para apuração do valor justo foram:

	<u>Dez/2013</u>	<u>Dez/2012</u>
Debêntures conversíveis	11,770%	11,125%

## 27 Patrimônio líquido (Controladora)

### a. Capital social

No primeiro trimestre do ano de 2012, ocorreram as conversões oriundas da Assembleia Geral Extraordinária da Kepler Weber realizada em segunda convocação em 25 de outubro de 2011, que aprovou a conversão da totalidade das ações preferenciais de classe “A” de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 ação ordinária para cada ação preferencial classe “A”; e a conversão, facultativa, das ações preferenciais de classe “B” em ações ordinárias, na proporção de 1 ação ordinária para cada ação preferencial de classe “B”, por opção dos seus respectivos titulares ou a antecipação do resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B”, caso algum de seus titulares não exercesse a faculdade de conversão mencionada acima, sendo que o preço do resgate foi calculado na forma do parágrafo 4º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia de 3.517 ações preferenciais de classe “B”.

Portanto, com base na aprovação referida acima, ocorreram conversões de 913.967 ações preferenciais de classe “A” e 533 ações preferenciais de classe “B” em ações ordinárias, além destas conversões ocorreu o resgate de 36.479 ações preferenciais classe “B”. Estas ações eram contabilmente consideradas como instrumentos financeiros passivos e para fins societários compunham o Capital Social da Companhia, desta forma, em 31 de março de 2012, foi realizada a reversão da provisão das Ações preferenciais de R\$ 12, tendo em vista as conversões e resgates realizados.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de maio de 2012, houve a homologação das conversões das ações preferenciais e a incorporação do valor do saldo da Reserva Especial no montante de R\$ 23.459, passando o Capital Social para R\$ 452.915.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de julho 2012 (“AGE”), foi aprovada a proposta da Administração de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das S.A., conforme os seguintes termos e condições:

O capital social que antes era representado por 1.309.235.008 (um bilhão, trezentas e nove milhões, duzentas e trinta e cinco mil e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia foram grupadas na proporção de 50 (cinquenta) para 1 (uma), com base na composição do capital social em 31 de maio de 2012. Assim, o capital social da Companhia passou a ser representado por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias, representativas do capital social da Companhia, sem que haja qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de setembro 2012 (“AGE”), foi aprovada a proposta da Administração de redução do capital social com a absorção dos montantes dos prejuízos acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras levantadas em 31.12.2011 e aprovadas pela AGOE de 23 de abril de 2012, no montante de R\$ 222.279. Assim, em decorrência da redução do capital social, o capital social passou de R\$ 452.915 para R\$ 230.636, representando por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. .

Desta forma o capital social passou a ser representado por 26.184.700 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e setecentas) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 230.636 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 230.636 em 31 de dezembro de 2012).

**b. Reservas de lucros**

De acordo com o artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão feitas as deduções previstas em lei e a reserva para as incidências tributárias.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

**c. Reserva de incentivo fiscal reflexa**

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S/A, a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora no exercício de 2013 no valor de R\$ 15.277 (R\$ 6.324 no exercício de 2012).

**d. Reserva de capital de incentivos fiscais**

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

**e. Reserva especial para resgate de ações**

A reserva especial de resgate das ações preferenciais de classe “B” foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 2007 e formada com recursos de R\$ 24 milhões originários da capitalização adotada, destacada da subscrição e integralização de ações

preferenciais, no ambiente da reestruturação acionária, introduzida no Estatuto Social pelo acréscimo do parágrafo 5 do artigo 6 do Estatuto Social.

A reserva foi destacada do capital social e tinha por finalidade atender os compromissos estatutários vinculados às ações preferenciais de classe “B”. Adotada a conversão e resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B”, a reserva deixou de ter função e seu saldo, de R\$ 23.459.362,49, foi destinado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de maio de 2012, em segunda convocação. Nesta Assembleia os acionistas deliberaram que o valor integral do saldo retornasse à conta capital social, de onde originariamente foi destacado, recompondo a conta capital, que passou de R\$ 429.456 para R\$ 452.915.

**f. Reserva de bônus de subscrição das debêntures**

Refere-se à reserva apresentada no patrimônio líquido da Companhia para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures – nota explicativa 20), líquido dos efeitos tributários.

A valorização inicial do componente patrimonial do instrumento financeiro composto não se altera. Entretanto, esta reserva apresenta movimentações em reflexo da diferença entre os montantes reconhecidos no capital social da Companhia por seu valor nominal considerando os valores atualizados das debêntures utilizadas na conversão para ações ordinárias por suas taxas contratuais (TJLP + 3,8% a.a.), e os montantes baixados do passivo financeiro da Companhia considerando a taxa de juros média efetiva calculada de acordo com o mencionado na nota explicativa 20.

**g. Reservas de reavaliação**

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

**h. Juros sobre o capital próprio – Lei 9.249/95 e dividendos**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Kepler Weber calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.699, pagos em 26 de novembro de 2013, na razão de R\$ 0,4086 para cada ação ordinária, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 2.546, aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

<b>Demonstração do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	
	<b>Dez/2013</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>62.098</b>
(-) Reserva legal	(3.105)
(+) Realização de reserva de reavaliação	49
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.476
(-) Reserva de incentivo fiscal reflexa	(15.277)
<b>Lucro ajustado para cálculo de dividendo</b>	<b>46.241</b>
Dividendo mínimo obrigatório	11.560
(-) Juros sobre o capital próprio	(10.699)
(+) Imposto de renda retido na fonte	1.120
Dividendos mínimos complementares	1.981

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo obrigatório, líquido do imposto de renda retido na fonte, declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

De acordo com a política de distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2012, foi proposto a destinação de 50% dos lucros disponíveis após as devidas destinações como Dividendo adicional proposto no valor de R\$ 11.000, estando este a disposição da Assembleia Geral Ordinária como reserva de lucros.

#### **i. Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens remensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

## 28 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Receita bruta fiscal	-	2.689	698.526	494.804
Impostos sobre vendas	-	-	(103.898)	(65.744)
Devoluções e abatimentos	-	-	(2.714)	(1.916)
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	-	-	(8.124)	(3.018)
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	-	-	10.972	315
<b>Total de receita</b>	<b>-</b>	<b>2.689</b>	<b>594.762</b>	<b>424.441</b>

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Venda de produtos	-	2.689	567.216	409.381
Prestações de serviços	-	-	27.546	15.060
<b>Total de receita</b>	<b>-</b>	<b>2.689</b>	<b>594.762</b>	<b>424.441</b>

## 29 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Aluguel de propriedades para investimento	6.300	5.885	252	225
Royalties e ressarcimento de despesas corporativas	14.143	10.376	-	-
Subvenções governamentais	-	-	15.277	6.324
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	405	33	3.639
Reversão de provisões	-	-	-	710
Recuperação de despesas diversas	9	-	1.010	2.049
Recuperação de tributos	-	16	-	306
Êxito em processos diversos	-	-	902	-
Outras	4	2	1.286	131
	<b>20.456</b>	<b>16.684</b>	<b>18.760</b>	<b>13.384</b>

## 30 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(2.194)	(1.919)
Provisões para contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	806	(808)	(6.810)	(2.054)
Créditos de tributos não homologados	-	-	(915)	-
Ociosidade do imobilizado	-	-	(152)	(213)
Perda na venda do ativo imobilizado	-	(355)	-	(2.264)
Condenações diversas	(851)	(239)	(5.053)	(1.476)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	(55)	(1.022)	(539)
Outras	(2.815)	(1.897)	(4.952)	(3.051)
	<b>(2.860)</b>	<b>(3.354)</b>	<b>(21.098)</b>	<b>(11.516)</b>



## 31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Depreciação e amortização	1.777	1.971	14.179	14.769
Despesas com pessoal	3.541	2.993	89.924	71.110
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	1.180	254.186	202.103
Despesas com benefícios empregados	57	69	10.993	7.488
Comissões sobre vendas	28	163	15.565	11.208
Garantias	-	-	1.603	1.715
Frete sobre vendas	-	173	23.192	17.308
Serviços de montagem	-	-	33.441	12.989
Serviços de terceiros	2.466	1.509	13.252	10.294
Comerciais e viagens	265	250	9.968	5.517
Locação	252	204	5.295	4.588
Manutenção de máquinas e equipamentos	276	91	8.202	5.606
Encargos e outros	719	1.001	28.505	19.484
<b>Total</b>	<b>9.381</b>	<b>9.604</b>	<b>508.305</b>	<b>384.179</b>
Despesas de vendas	28	118	36.755	26.616
Despesas administrativas	9.353	8.133	38.703	29.161
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	-	1.353	432.847	328.402
<b>Total</b>	<b>9.381</b>	<b>9.604</b>	<b>508.305</b>	<b>384.179</b>

## 32 Resultado financeiro

O resultado das despesas e receitas financeiras foi obtido da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação cambial/monetária ativa	62	98	6.202	5.155
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.807	1.117
Receitas com aplicações financeiras	465	565	8.597	11.632
Outras receitas financeiras	5	11	929	878
	<b>532</b>	<b>674</b>	<b>17.535</b>	<b>18.782</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros s/ financiamentos e empréstimos	(6.499)	(8.988)	(12.346)	(17.356)
Juros de mora e IOF contratuais	(20)	(47)	(468)	(135)
Variação cambial/monetária passiva	(317)	(433)	(7.252)	(4.936)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(976)	(2.432)
Ajuste a valor presente	(1)	-	(6)	204
Despesas com fiança bancária	(539)	(701)	(539)	(701)
Outras despesas financeiras	(133)	(144)	(1.381)	(1.256)
	<b>(7.509)</b>	<b>(10.313)</b>	<b>(22.968)</b>	<b>(26.612)</b>

### 33 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2012
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	62.811	30.889	78.686	34.300
Resultado da equivalência patrimonial	(61.573)	(34.113)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	11.784	6.060	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	(10.699)	(5.499)	(10.699)	(5.499)
Incentivo fiscal - subvenções governamentais	-	-	(15.277)	(6.324)
Outras adições permanentes	1.263	981	3.406	1.992
Base de cálculo	3.586	(1.682)	56.116	24.469
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	(1.219)	572	(19.079)	(8.319)
Variação de diferenças temporárias não reconhecidas	(714)	621	(8.064)	(586)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(1.193)	-	(1.193)
Reconhecimento adicional de impostos diferidos ativos	-	-	9.324	5.690
Reversão IR diferido custo atribuído	448	628	(209)	2.181
Outros	772	(236)	1.440	(792)
Imposto de renda e contribuição social	(713)	392	(16.588)	(3.019)
Alíquota fiscal efetiva	-1%	1%	-21%	-9%
Corrente	(1.376)	(428)	(18.371)	(6.371)
Diferido	663	820	1.783	3.352

### 34 Lucro líquido por ação

	Controladora e consolidado	
	Dez/2013	Dez/2012
<b><u>Básico:</u></b>		
Resultado líquido	62.098	31.281
Média período ações ordinárias	26.184.700	26.181.652
Média período ações preferenciais A	-	3.047
Resultado por ação ordinária básico - R\$	2,3715	1,1948
Resultado por ação ordinária básico total R\$	2,3715	1,1948
<b><u>Diluído:</u></b>		
Resultado líquido	62.098	31.281
Despesa financeira por valorização debêntures conversíveis	5.782	8.218
Efeito IR (34%) sobre juros	(1.966)	(2.794)
Resultado líquido operações ajustado	65.914	36.705
Média período ações ordinárias (+ preferenciais A e B em jun/2011)	26.184.700	26.184.822
Média de ações para conversão	2.881.648	3.726.328
Total de base de ações para lucro por ação diluído	29.066.348	29.911.150
Resultado por ação diluído - R\$	2,2677	1,2271
Resultado por ação diluído - total - R\$	2,2677	1,2271

### 35 Subvenções governamentais

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, ocorrida em 2004, firmou termo de acordo com o Estado sob o nº. 0028/02, aditivado em 27 de agosto de 2009. Desta forma, foi concedida à controlada, a título de benefício fiscal, redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado, conforme disposto pela Lei Complementar nº. 93, de 5 de novembro de 2001, produzindo efeitos até setembro de 2018. Os benefícios gerados em períodos anteriores a 2007 decorrentes do incentivo fiscal foram contabilizados na controlada a débito do ICMS a recolher em contrapartida à conta de outras receitas. O benefício reconhecido até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 15.277 (em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 6.324).

### 36 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor</u>
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros - veículos	abr/14	2.710
Responsabilidade civil de diretores e administradores	ago/14	15.000
		<u>17.710</u>
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	abr/14	21.786
Riscos operacionais (transporte exportação/importação)	jun/14	10.360
Responsabilidade civil e danos materiais - imóveis	ago/14	129.805
		<u>161.951</u>
<b>Total Segurado</b>		<u><b>179.661</b></u>

### 37 Medida provisória 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente a Administração entende que as reservas de lucros constituídas com os lucros contábeis entre 01 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 que excederam os lucros fiscais nesse mesmo período, caso sejam

distribuídos como dividendos futuramente, serão base para incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social. A distribuição de tais reservas, se for o caso, depende de decisão futura exclusiva dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

### **38 Evento subsequente**

Desde 2011 a Kepler Weber S.A. e Bndespar têm mantido, diretamente ou através de assessores, assíduos contatos, visando alcançar um entendimento com respeito à interpretação de regras contidas na Escritura de Debêntures, especificamente a respeito da quantidade de ações que cada Bônus tem direito a subscrever, sendo certo que esta quantidade de ações varia, periodicamente, em razão da variação de fatores que compõe o seu cálculo. Em 10 de janeiro de 2014, a Kepler Weber S.A. recebeu correspondência da Bndespar, informando que:

“... A Equipe de Acompanhamento na Bndespar pretende iniciar os procedimentos internos para exercer os Bônus de que é titular. Com base no disposto na Escritura de Debêntures e nas negociações realizadas à época, bem como no entendimento do Agente Fiduciário nomeado originalmente, Oliveira Trust, entendemos que, na presente data, o numerador para o cálculo da quantidade de ações devidas em razão do exercício do Bônus corresponde a R\$ 687,028758 e o Preço de Exercício Atualizado equivale a R\$ 16,756799 (R\$ 0,335136), resultando 41 ações para cada Bônus exercido.”

No entendimento da Companhia, no mesmo dia 10 de janeiro de 2014, o numerador para o cálculo da quantidade de ações devidas em razão do exercício do Bônus corresponde a R\$ 691,069032 e o Preço de Exercício Atualizado equivale a R\$ 27,215051 (R\$ 0,544301), resultando 25,392899 ações para cada Bônus exercido.

A prevalecer o entendimento da Bndespar, do exercício da totalidade dos Bônus em circulação resultaria, em 10 de janeiro de 2014, na emissão de 4.673.483 ações pela Kepler Weber S.A., importando em diluição de 15,1% dos atuais acionistas.

De outro lado, a prevalecer o entendimento da Kepler Weber S.A., do exercício da totalidade dos bônus em circulação resultaria, em 10 de janeiro de 2014, na emissão de 2.877.548 ações pela Companhia, importando em diluição de 9,9% dos atuais acionistas.

A Companhia efetuou o cálculo para apuração dos bônus em circulação de acordo com seu melhor entendimento e interpretação das cláusulas e previsões da Escritura das Debêntures. A interpretação diversa adotada pelo Bndespar no seu pleito de alteração do cálculo dos bônus em circulação impactaria na redução do lucro por ação diluído da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resultando no valor de R\$ 2,1360 por ação.

Em face da correspondência acima referida e tendo em vista antigo relacionamento comercial e institucional da Kepler Weber S.A. com a Bndespar, as partes estão mantendo diálogo, objetivando alcançar a solução que melhor atenda aos interesses da Companhia e dos titulares dos bônus de subscrição emitidos em 05 de outubro de 2007.

Em 14 de janeiro de 2014 o capital social da Kepler Weber S.A foi aumentado em 406 ações, no valor total de R\$ 11.059,67, sendo R\$ 2.596,31 através de aporte de capital em dinheiro e R\$ 8.463,36 por meio do exercício de bônus de subscrição em ações ordinárias, cujas principais características estão descritas na nota explicativa 20.

A Companhia formalizou em 13 de fevereiro de 2014 a rescisão de contrato com seu formador de mercado de ações, **BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, nesta mesma data foi firmado contrato junto à **Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Em 18 de março de 2014, o capital social da Kepler Weber S.A., foi aumentado em 191 ações, no valor de R 5.280,31, sendo R\$ 1.230,11 através de aporte de capital em dinheiro e R\$ 4.050,21 por meio do exercício de bônus de subscrição em ações ordinárias, cujas principais características estão descritas na nota explicativa 20.

\* \* \*

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente do Conselho de Administração  
**Christino Aureo da Silva**

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
**Walter Malieni Júnior**

Membros  
**Armando Galhardo Nunes Guerra Junior**  
**Bento Moreira Franco**  
**José Carlos Alves da Conceição**  
**José Pais Rangel**  
**Maria Gustavo Brochado Heller Britto**

---

## **CONSELHO FISCAL**

Membros  
**Marcus Moreira de Almeida**  
**Neyvaldo Torrente Lopes**  
**Sandro José Franco**

---

## **DIRETORIA**

Diretor Presidente  
**Anastácio Ubaldino Fernandes Filho**

Diretor Vice-Presidente  
**Olivier Michel Colas**

Diretor  
**Manoel Piragibe Teixeira Junior**

---

## **CONTADORES**

Gerente de Controladoria  
**André Luís Paz Acosta**  
CRC-RS 042938/O-0

Contadora  
**Cristiane Beatriz Back Bender**  
CRC-RS 072285/O-2